

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5.727/2023 EXCLUSIVO

OBJETO: Aquisição de equipamento veterinário (foco cirúrgico veterinário), conforme condições estabelecidas nesse instrumento convocatório e nos seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços.

Anexo II – Modelo de termo de inexistência de fato impeditivo.

Anexo III – Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos (apresentar dentro da plataforma de pregão eletrônico ComprasBR (www.comprasbr.com.br))

Anexo IV – Modelo de Declaração relativa à Proposta Econômica, em conformidade com o Art. 63, § 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

Anexo V – Modelo de Declaração Relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Anexo VI – Modelo de Declaração relativa à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para Aprendiz.

Anexo VII – Modelo de Declaração que não possui servidor público municipal no quadro societário da empresa.

Anexo VIII – Modelo de Declaração de responsável para assinatura do Contrato, ou pelo recebimento da Autorização de Fornecimento.

Anexo IX – Compromisso de assinatura do Termo de Ciência e Notificação.

Anexo X – Estudo Técnico Preliminar.

Anexo XI - Mapa de Riscos.

Anexo XII - Termo de Referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES:

	INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SITE (<u>www.comprasbr.com.br</u>)
	FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (www.comprasbr.com.br)
03/07/2023 às 08h30	ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (<u>www.comprasbr.com.br</u>)
Tão logo encerrada a abertura e avaliação das propostas.	ABERTURA E DISPUTA DE LANCES (<u>www.comprasbr.com.br</u>)

LOCAL DOS EVENTOS SUPRA: <u>www.comprasbr.com.br</u> "Acesso Identificado no link – licitações públicas". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ, com Sede a Avenida Tiradentes, 520 - Taubaté/SP,



inscrita no CNPJ sob o nº 45.176.005/0001-08, através do Prefeito José Antonio Saud Junior, torna público que realizará em sessão pública, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, TIPO: MENOR PRECO POR ITEM - REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PRECO UNITÁRIO que será regido pela Lei nº 14.133 de 01/04/2021, pela Lei Complementar Federal 123/06; alterada pelas Leis Complementares 147/14 e 155/16, no que couber, pelo Decreto Municipal nº 15.058/21, pelo Decreto Municipal 15.447/22, pelo Decreto Municipal 15.523/23, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e suas alterações, pela legislação complementar e em conformidade com os termos e condições do presente EDITAL, com as seguintes características:

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Licitação Exclusiva ME/EPP? Sim

Amostras? Não

Catálogo/Ficha Técnica? Sim

Modo de Disputa: Aberto

Valor de Referência: Conforme item 1.3 do Edital Critério de Julgamento: Menor Preco Por Item

Regime De Execução: Empreitada por Preço Unitário

Previsão Orcamentária:

Ficha: 2170 - 24.02.1012.2.306.10.304.449052.08.3030000

Classificação Econômica: 449052

Fonte de Recurso: 08

Aplicação: 3030000

Nota de Reserva nº 2.661/2023 Emenda Impositiva nº 243.32

1. DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamento veterinário (foco cirúrgico veterinário), conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, que integra este Edital.
 - 1.2 Legislação: A presente Licitação será regida pela Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.
- 1.3 Valor referencial: O valor total estimado para a execução do objeto desse certame é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
- 1.4 Se constatada divergência de sequência entre os itens dispostos no edital e aos da plataforma, prevalecerão os constantes na plataforma.
 - 1.5 O licitante deverá se atentar à disposição dos itens constantes na plataforma



eletrônica, <u>sendo obrigatória a leitura de cada item para fins de inserção das propostas</u>, não sendo aceitas quaisquer alegações futuras por falta de atenção.

1.6 - O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA FORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 2.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 2.2 A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema do Compras BR no endereço eletrônico https://comprasbr.com.br/.
- 2.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 2.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.
- 2.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Compras BR no endereço eletrônico https://comprasbr.com.br/.
- 2.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 2.7 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica a aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

3. DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar desta licitação as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pela plataforma Compras BR, por meio do sítio https://comprasbr.com.br/.
- 3.2 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente: Todas as licitantes que se encontrem nas condições de impedimento previstas no artigo 14 da Lei n° 14.133/2021.
 - 3.2.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.2.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.2.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de



bens a ela necessários;

- 3.2.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.2.4.1 O impedimento de que trata o item acima, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.2.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.2.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.2.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.2.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.2.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.2.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.3 DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

- 3.3.1 Para este certame, será permitida a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio, em consonância com o Art. 15 da Lei Federal 14.133/21, com no máximo 03 (três) empresas participantes, visando o aumento da competitividade, viabilizando desta forma a união dos esforços entre as empresas que, sozinhas, não teriam condições de executar, satisfatoriamente, o presente objeto.
- 3.3.2 A participação de empresas em consórcio deverá atender a legislação aplicável, assim como as seguintes condições:
- 3.3.3 É vedada a participação de empresa consorciada nesta licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente.
- 3.3.4 Para a participação sob forma de consórcio, deverá ser apresentado o respectivo ato constitutivo ou compromisso formal de sua constituição, por instrumento público ou particular, subscrito pelas consorciadas. Neste documento devem constar, com clareza e precisão, os compromissos destas empresas entre si, em relação ao objeto da licitação e em relação ao prazo de duração da contratação.
 - 3.3.4.1 O instrumento de compromisso público ou particular de constituição do



consórcio deverá, obrigatoriamente, ser subscrito pelos consorciados, sob pena de inabilitação, bem como assinalar as respectivas proporções (percentual) de participação das empresas consorciadas e:

- a) Indicar o líder e conferir-lhe amplos poderes para representar as consorciadas, ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante o processo licitatório;
- b) Estipular que a empresa líder do consórcio representará, com exclusividade, as demais empresas consorciadas no decorrer da licitação, responsabilizando-se sob os aspectos técnicos e administrativos, podendo, inclusive, assumir obrigações pelas demais, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas;
- c) As empresas consorciadas serão responsáveis solidariamente pelos atos praticados em consórcio durante fase de licitação e também durante a execução do respectivo contrato, nesta última hipótese em regime de solidariedade com a empresa Concessionária a ser constituída pelos membros do consórcio.
 - 3.3.4.2 São condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio:
 - a) Ser empresa nacional;
- b)Ter poderes expressos para receber citações, intimações e responder administrativa ou judicialmente pelas demais consorciadas; e,
- c)Ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contratos e praticar todos os atos necessários, visando à perfeita execução de seu objeto.
- 3.3.5 Cada empresa participante terá que apresentar, individualmente, toda a documentação de habilitação definida por esse Edital e seus Anexos.
- 3.3.5.1 Para efeito de habilitação técnica, com relação à comprovação da qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, será admitida a somatória dos quantitativos de cada consorciado.
- 3.3.5.2 Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado, sendo que para o atendimento ao montante mínimo exigido no capital social mínimo, quando for exigido, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento). O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.
- 3.3.6 O Licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.
- 3.3.7 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio, no processo licitatório que originou o contrato.

3.4 DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

3.4.1 Estão impedidos de participar do presente certame as empresas que se apresentarem sob a forma de cooperativa para intermediação de mão de obra.

AVENIDA TIDADENTES E 20 CED 12020 190 - CAIVA DOSTAL 220 - TELEFONE DADV (DVV12) 262E E000 - EAV (DVV12) 2621 6444



- 3.4.2 Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:
- 3.4.2.1 A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- 3.4.2.2 A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação com regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- 3.4.2.3 Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas. O objeto deve ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados;
- 3.4.2.4 A participação de cooperativa cujo estatuto e objeto social preveja ou esteja de acordo com o objeto deste edital;
- 3.5 A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 3.6 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará a plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 3.7 As empresas interessadas em participar da presente Licitação deverão obter cópia do edital através de download gratuito no site https://taubate.sp.gov.br/ ou https://comprasbr.com.br/. As empresas que efetuarem o download dos editais disponíveis e que estejam interessadas em participar das licitações deverão, obrigatoriamente, acompanhar as possíveis alterações ocorridas no Edital, bem como esclarecimentos a eventuais dúvidas e questionamentos realizados, nos sites acima mencionados.

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 Os interessados em participar deste certame deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela plataforma Compras BR, por meio do sítio https://comprasbr.com.br/.
- 4.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Compras BR), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 4.3 Os interessados em se credenciar na plataforma Compras BR poderão obter maiores informações na página https://comprasbr.com.br/, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos da Plataforma ou pelo e-mail contato@comprasbr.com.br.
- 4.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Taubaté SP responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



- 4.6 O credenciamento junto à plataforma Compras BR implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.
- 4.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 4.8 A licitação será conduzida pelo Pregoeiro do Município de Taubaté SP, com apoio técnico e operacional da plataforma Compras BR, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.
- 4.9 A Documentação de Habilitação deverá ser inserida na plataforma eletrônica do Compras BR juntamente ao cadastro da Proposta, sob pena de inabilitação se assim não o fizer.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1 Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico https://comprasbr.com.br/ e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado, preço, e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.1.1 A Prefeitura Municipal de Taubaté não se responsabilizará por impossibilidade de inclusão, alteração ou exclusão de propostas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
 - 5.1.2 No campo apropriado do sistema eletrônico, será necessário informar a MARCA.
- 5.2 A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.3 O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.4 Valor unitário e total, em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas após a vírgula;

5.4.1 - OBRIGATÓRIO INSERIR NO CAMPO "CATÁLOGO".

- 5.4.1.1 Será obrigatória a apresentação do CATÁLOGO original do produto cotado para os itens do Anexo I (proposta de preços), conforme item 3 do Termo de Referência, onde constem todas as especificações pertinentes ao item ofertado.
- 5.1.4.2 Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá anexar os documentos presentes no item 5.4.1.1 no campo "CATÁLOGO".
- 5.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos,



prevalecerão as últimas.

- 5.6 No(s) preço(s) cotado(s) deverão estar embutidos todos os custos diretos e indiretos, despesas indiretas (BDI), transportes, carga e descarga, seguro, impostos, taxas, multas, emolumentos legais, custos de mobilização de equipamentos e pessoas, além de transporte, estada e alimentação da equipe de trabalho, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, seguro de qualquer espécie, licenças, documentos e despesas, tributos inclusive ICMS ou ISSQN se houver incidência, encargos e incidências diretos e indiretos, que possam vir a gravá-los e lucro, sendo de inteira responsabilidade da empresa proponente a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos à Prefeitura Municipal de Taubaté, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.
- 5.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8 Concordância com entrega em até 30 (trinta) dias, conforme item 10 do Termo de Referência, após a emissão da Autorização de Fornecimento ou da Assinatura do Contrato, sendo que eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados via Sistema 1DOC, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados pela CONTRATADA, para serem submetidos à apreciação da unidade gestora, à qual será a responsável e competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos apresentados pela CONTRATADA.
- 5.9 Os pedidos de prorrogações deverão estar acompanhados de documentos que comprovem que a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido se deu por:
- 5.9.1 Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 5.9.2 Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro contemporâneo à sua ocorrência.
- 5.9.3 Na análise da documentação apresentada, poderá a unidade gestora do contrato ou documento equivalente solicitar novos documentos, se necessário, e/ou diligenciar junto à sites ou outros meios.
- 5.9.4 Pedidos de prorrogação de prazo apresentados após o vencimento do prazo de entrega ou que não estiverem acompanhados de documentos solicitados acima serão indeferidos de plano.
- 5.9.5 A apresentação de um pedido de prorrogação do prazo de entrega, por si só, não suspende nem interrompe a contagem do prazo contratual.
- 5.10 Cronograma de pagamento, observado a ordem cronológica, considerada a partir do recebimento das respectivas Notas Fiscais, devidamente instruída e apta para liquidação e pagamento, cumpridas às obrigações contratuais e nos termos da proposta apresentada. O pagamento obedecerá aos seguintes prazos, exceto os pagamentos decorrentes de cumprimento de ordens judiciais, parcerias celebradas com o Terceiro Setor, consignações em pagamento, recolhimento de encargos e tributos, bem como os recursos repassados pela Municipalidade para cumprimento de planos de trabalho previamente estabelecidos pelo Poder Público.

Recebimento do 1º ao 10º dia do mês, pagamento dia 20*.

Recebimento do dia 11º ao 20º dia do mês, pagamento no último dia útil do mês*.

Recebimento do 21º ao final de cada mês, pagamento no dia 10 do mês seguinte*.



*Após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração.

- 5.10.1 Salientamos ainda, caso uma das datas acima indicadas caia em finais de semana ou feriados em que não haja expediente bancário, ficam os pagamentos adiados para o dia útil seguinte.
- 5.11 As propostas sem data serão consideradas como emitidas na data limite para entrega dos documentos / proposta.
- 5.12 As propostas assinadas por procuração deverão vir acompanhadas do respectivo instrumento, caso o mesmo ainda não tenha sido apresentado neste pregão eletrônico.
- 5.13 Em caso de incompatibilidade do valor especificado na proposta, entre o valor numérico e o escrito por extenso, prevalecerá o valor do segundo.
- 5.14 Serão corrigidos automaticamente quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, prevalecendo o unitário.
- 5.15 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 5.16 Informamos que o quantitativo presente na coluna "qtd." do Anexo I Modelo de Proposta de Preços, representa a quantidade máxima de cada item que poderá vir a ser adquirida.
- 5.17 Neste certame não será possível ofertar proposta com quantitativo inferior ao máximo previsto.
- 5.18 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste edital ou da legislação em vigor.
 - 5.19 Garantia conforme o item 6 do Termo de Referência (Código do Consumidor).
- 5.20 A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a empresa pleitear acréscimos. Da mesma forma, o preço apresentado deverá incluir todos os benefícios e despesas indiretos, os quais serão assim considerados. No caso de erros aritméticos, serão considerados pelo Pregoeiro, para fins de seleção e contratação, os valores retificados.
- 5.21 O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações online, fornecidas pelo Sistema:
- 5.22 Declaração de que cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006 e posteriores alterações, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;
- 5.23 Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, salientando que e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 5.24 As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente aos documentos de habilitação.



5.25 Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na lei 14.133/21, conforme Art. 155, inciso VIII.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1 A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 6.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.3 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas neste Edital.
- 6.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.5 A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo.
- 6.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, que participarão da fase de lances.
- 6.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.8 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.10 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Compras BR).
- 6.11 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.12 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 6.13 Fica estabelecida a diferença mínima entre lances de 1% (um por cento).
- 6.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

.....



- 6.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada via chat do Compras BR, https://comprasbr.com.br/, quando ocorrerá a nova data e hora para a sua reabertura.

7. DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 7.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida a melhor proposta.
- 7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8. DA NEGOCIAÇÃO

- 8.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida a melhor proposta.
- 8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 9.2 O Pregoeiro convocará, quando for o caso, o licitante que **não apresentou marca** ou utilizou o termo **"própria"** no campo MARCA, para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado e com a marca de fato, num prazo máximo de 02 (duas) horas após a convocação, por meio da plataforma do ComprasBR.
- 9.3 O prazo acima poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.
 - 9.4 A proposta atualizada deverá conter obrigatoriamente:
- 9.4.1 Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);
- 9.4.2 O preço unitário e total para cada item cotado, especificados no Anexo I deste Edital, bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas, BDI e demais despesas decorrentes da execução do objeto, quando for o caso:



- 9.4.3 A descrição do item cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo I deste Edital:
- 9.4.4 Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
- 9.4.5 Dados do Responsável pela assinatura do Contrato ou pelo recebimento da Autorização de Fornecimento, como: Nome completo; RG; CPF; E-mail e Cargo desempenhado na empresa.
 - 9.4.6 Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.
- 9.5 O não envio da proposta atualizada por meio eletrônico com todos os requisitos elencados acima, ou descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.
- 9.6 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao prazo e especificações do serviço ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.
- 9.7 Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto.
- 9.8 A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Pregoeiro, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ou igual ao preco máximo fixado.
- 9.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.
- 9.10 O Pregoeiro poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Edital, vedada a juntada de novos documentos, a fim de atender alguma exigência deste edital, não apresentada anteriormente em sessão, findo o prazo de 02 (duas) horas estabelecido no item 9.2.
- 9.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.12 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.13 As propostas oferecidas serão tidas como válidas por 90 (noventa) dias, contados da data de envio para a plataforma, prazo no qual a empresa proponente se comprometerá a mantê-la, em sua integralidade.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Frente ao exposto no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, constatou-se que a Capacidade Operacional da empresa que se propuser a executar o presente objeto é primordial para o atendimento satisfatório de cada etapa do processo, sendo imprescindível, além da Regularidade Fiscal e Trabalhista, a demonstração da sua Capacidade Técnica Operacional, englobando sua experiência passada na execução de objetos compatíveis. Como condição prévia ao



exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que o impeça de participar deste certame ou da futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 10.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
- 10.1.2 Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP (https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados);
 - 10.1.3 A consulta aos cadastros será realizada pelo CNPJ da empresa licitante.
- 10.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.
- 10.2 Os documentos de habilitação deverão ser originais ou apresentados por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada, mecânica ou eletronicamente (preferencialmente por este último), ou acompanhada de Declaração de Autenticidade por Advogado, sob sua responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade poderá ser verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível.
- 10.3 Todas as certidões deverão estar com seus prazos de validade aptos na data de apresentação, sendo que será confirmada a validade e autenticidade das mesmas, quando possível.
- 10.3.1 O pregoeiro(a) poderá realizar a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 10.3.2 A verificação pelo Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.4 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 10.4.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 10.4.2 Todas as certidões, declarações ou documentos equivalentes expedidos sem prazo de validade serão considerados válidos, desde que expedidos a no máximo 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data designada para a abertura da sessão pública.
- 10.4.3 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.5 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no máximo 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, desde que solicitado pela licitante e autorizado pelo Pregoeiro(a).
- 10.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



- 10.7 No caso das microempresas e empresas de pequeno porte, face ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo regularizá-las no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.8 A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultada a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 10.9 Se a empresa licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.10 Caso o licitante pretenda que outro estabelecimento seu (matriz ou filial), execute o futuro Contrato, deverá apresentar toda documentação da habilitação (exigida nesta cláusula) de ambos os estabelecimentos.
- <u> 10.11 PARA FINS DE HABILITAÇÃO, AS LICITANTES **DEVERÃO** ENCAMINHAR</u> ELETRONICAMENTE VIA PLATAFORMA DO COMPRASBR OS SEGUINTES DOCUMENTOS:

10.12 Habilitação jurídica (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021):

- 10.12.1 Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como:
 - 10.12.2 Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 10.12.3 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores:
- 10.12.4 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 10.12.5 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.13 Qualificação Técnica (Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021)

- 10.13.1 Capacidade técnico-operacional, em nome da licitante fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório(s) do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, em sintonia com § 2° do art. 67 da Lei n° 14.133/21. Caso referidos atestados não detalhem e quantifiquem o fornecimento, aceitar-se-á, complementarmente aos documentos, cópia da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(ais).
 - 10.13.2 Somatório de atestados de capacidade técnico-operacional: Será admitido o



somatório de atestados para a comprovação da capacidade técnica do licitante.

- **10.13.3** Os atestados de capacidade técnica emitidos em nome de consórcio do qual a licitante tenha feito parte sem que haja a identificação das atividades desempenhadas individualmente por cada consorciado serão avaliados na forma prevista no artigo 67, § 10 e § 11, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.13.4 Frente ao exposto no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, constatou-se que a Capacidade Operacional e Econômica da empresa que se propuser a executar o presente objeto é primordial para o atendimento satisfatório de cada etapa do processo, sendo imprescindível, além da Regularidade Fiscal e Trabalhista, a demonstração da sua Capacidade Técnica Operacional, englobando sua experiência passada na execução de objetos compatíveis.

10.14 Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021):

- 10.14.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Divida Ativa da União;
- 10.14.2 Prova de Regularidade de débito com a Fazenda Estadual (certidão negativa de débitos inscritos na divida ativa, apenas ICMS) da sede ou domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- 10.14.3 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal referente a tributos mobiliários, compatível como objeto contratual;
- 10.14.4 Certidão de Regularidade do FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- 10.14.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa;

10.15 Declarações:

- 10.15.1 Declaração de inexistência de fato impeditivo;
- 10.15.2 Declaração de cumprimento dos requisitos. Anexo III.1 sem os benefícios da Lei Complementar Federal 123/06 alterado pelas Leis Complementares 147/14 e 155/16, ou Anexo III.2 com os benefícios da Lei Complementar Federal 123/06 alterado pelas Leis Complementares 147/14 e 155/16, observado o Art. 4º da Lei Federal 14.133/21;
- 10.15.3 Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 10.15.4 Declaração Relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 10.15.5 Declaração relativa à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para Aprendiz;
- 10.15.6 Declaração que não possui servidor público municipal no quadro societário da empresa;



- 10.15.7 Declaração de responsável para assinatura da Ata/Contrato, ou pelo recebimento da Autorização de Fornecimento;
 - 10.15.8 Termo de Ciência e Notificação (facultativo).
- 10.15.9 Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na lei 14.133/21, conforme Art. 155, inciso VIII.
- 10.15.10 Havendo dúvida sobre a veracidade de algum documento, será exigida a apresentação dos originais, não digitais.
- 10.16 Os documentos exigidos para fins de habilitação, quando não aplicado o item 10.5, deverão ser apresentados por meio eletrônico, via plataforma ComprasBR, concomitantemente ao cadastro da proposta inicial.
- 10.17 Havendo dúvida sobre a veracidade de algum documento, será exigida a apresentação dos originais, não digitais.

11. DO RECURSO

- 11.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante cada fase da sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 10 (dez) minutos.
- 11.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a prosseguir o certame e declarar a vencedora.
- 11.3 Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.4 Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.
- 11.5 As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema do Compras BR.
- 11.6 Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões ou, fazê-lo subir, devidamente informado à autoridade superior ao Pregoeiro, com competência para decidir recursos, para a decisão final.
 - 11.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
 - 11.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 11.9 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto deste certame será adjudicado ao vencedor por ato da autoridade competente.

AVENIDA TIDADENTES E 20 CED 12020 100 CAIVA DOSTAL 220 TELEFONE DADY (0VV12) 262E E000 EAV (0VV12) 2621 6444



12.2 Após a fase recursal (se houver), constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA

- 13.1 Para atendimento ao objeto desse certame licitatório será entregue autorização de fornecimento com as empresas vencedoras, sendo os adjudicatários chamados via telefone ou por email a celebrá-la em até quatro dias úteis, contados do recebimento do chamamento, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 14.133/21.
- 13.2 A adjudicatária se obriga a apresentar, no momento da retirada da autorização e fornecimento a documentação abaixo:
- 13.2.1 Comprobatória de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), bem como da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justica do Trabalho (CNDT), se referidos documentos apresentados por ocasião deste certame licitatório já estiverem vencidos.
- 13.2.1.1 Excepcionalmente, e com vistas a agilizar o processo, tais providências poderão ser tomadas pela Administração, via Internet, sendo a adjudicatária notificada da impossibilidade de obtenção das atualizações por meio eletrônico.
- 13.3 Deverão, nesta oportunidade, comprovar que eventuais restrições de suas regularidades fiscais já foram superadas, com a apresentação dos documentos até então incompletos e/ou vencidos.
- 13.4 Fica reservado o direito de a Administração verificar, antes da assinatura do contrato ou documento equivalente, se o adjudicatário incorre em penalidades nos termos da Lei nº 14.133/21 as quais obstarão sua celebração.
- 13.5 No caso da licitante vencedora não retirar a Nota de Empenho ou documento equivalente, reserva-se à Prefeitura Municipal de Taubaté o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, facultada a negociação para obtenção das mesmas condições já negociadas com o primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou anular a licitação, independente das sanções previstas, para a licitante vencedora recalcitrante, neste Edital.
- 13.6 Até a retirada e/ou envio da autorização, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura Municipal de Taubaté tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento, nos termos da Lei de Licitações.
- 13.7 Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fato referido no item anterior, a Prefeitura Municipal de Taubaté poderá convocar as licitantes remanescentes observando o disposto no item supra.
- 13.8 O objeto deste certame deverá ser entregue, no Almoxarifado Central, localizado na Avenida Amador Bueno da Veiga, nº 1.211 - Jaraguá - Taubaté - SP – CEP.: 12062-400.

14. DAS PENALIDADES

14.1 As sanções dispostas poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à CONTRATADA, conforme o caso, em conformidade com os Arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores



alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 14.2 Os licitantes ou a CONTRATADA será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - I Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III Dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- VI Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preco, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.
- 14.3 Serão aplicadas, conforme o caso, ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:
 - I Advertência;
 - II Multa;
 - III Impedimento de licitar e contratar;
 - IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
 - 14.4 Na aplicação das sanções serão considerados:
 - I A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II As peculiaridades do caso concreto;



- III As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV Os danos que dela provierem para a Administração Pública:
- V A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.5 A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 14.6 As Multas, não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 14.2.
- 14.6.1 Sem prejuízo das demais infrações administrativas previstas no item 14.2, a não observância das cláusulas contratuais sujeitará, cumulativamente, a CONTRATADA às seguintes multas:
- 14.6.1.1 5% (cinco por cento) do valor do contrato reajustado, por desatendimento de qualquer cláusula contratual.
- 14.6.1.2 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total do contrato reajustado, por dia de atraso na entrega ou na execução do objeto.
- 14.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 14.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 14.2, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 14.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 14.9 A aplicação das Sanções somente ocorrerá depois de assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.
- 14.10 Até a decisão final transitada em julgado, nenhum numerário apurado referente à sanção será retida, sendo que após, o montante da multa poderá, ser compensado dos valores de pagamento devido ao fornecedor.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1 O Município poderá a qualquer momento revogar a presente Licitação, por razões de interesse público, decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinentes e suficientes a justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 15.2 É facultada ao Pregoeiro(a), ou autoridade superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente, conforme disposto



na Lei Federal nº 14.133/2021.

- 15.3 O Município se reserva o direito de, unilateralmente, desqualificar qualquer empresa caso:
- 15.3.1 Tenha havido qualquer tentativa de influenciar, por meios ilícitos ou desonrosos, ao Pregoeiro(a) no processo de julgamento.
- 15.3.2 Tenha havido comprovada falsidade ideológica, má conduta ou apresentação de documentos fora das normas exigidas.
- 15.4 Antes do aviso oficial do resultado desta Licitação, não serão fornecidas a ninguém, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre a documentação apresentada.
- 15.5 A(s) empresa(s) licitante(s) responde(m) pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases deste processo licitatório.
- 15.6 Os autos da Licitação são públicos, sendo também públicos todos os atos relativos ao procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas até a respectiva abertura.
- 15.7 Eventual pedido para extração de cópias somente será analisado quando a solicitação for efetuada via Sistema 1DOC, devendo a mesma ser encaminhada ao Departamento de Compras.
- 15.8 As cópias físicas requeridas somente serão retiradas mediante o recolhimento de emolumentos em favor do Município, junto a instituição Bancária, para reembolso dos serviços reprográficos.
- 15.9 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 15.10 Fica eleito o foro da Comarca de Taubaté/SP, com renúncia dos demais por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta Licitação, seu Contrato e demais atos deles decorrentes.
- 15.11 A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todas as empresas licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais os mesmos atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.
- 15.12 Fica constituído como obrigação das empresas participantes, o acompanhamento das Taubaté publicações contidas no Diário Oficial do Município de em https://taubate.sp.gov.br/novo/publicacoes-2/, no site oficial do Município em https://taubate.sp.gov.br/.
- 15.13 Os casos omissos neste edital serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, através do Pregoeiro(a), eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, as decisões do Pregoeiro(a) serão ratificadas pela autoridade superior.

Prefeitura Municipal de Taubaté, 14 de junho de 2023.

CARLOS CESAR RAFAELLI MUNHOZ SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE



PREGÃO ELETRÔNICO № 152/2023 <u>ANEXO – I</u> MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

				120				
					NEXO I			
				ESPECIFICA	ÇÃO DO OBJETO			
ocesso de	compra:	5727/2023						
Item	Qtd.	Unid. Med.	Especificação			VIr. Unitario	Marca	Vir. Total
1	1	UN	Foco Cirúrgico Veterinário Foco C Equipamento Veterinário Foco Tipo led mín 50.000h, luminosidade cerc estrutura 1: haste rígida metálica, c	e: cirúrgico auxiliar, portátil, cu la de 60.000 Lux, articulação	cúpula e braço articuláveis,			
/ALIDADE	DA PROPOST	TA De acord	lo com o Edital					
RAZO DE	ENTREGA:	De acordo	o com o Edital					
CONDIÇÃO	DE	De acord	lo com o Edital					
RAZÃO SO CNPJ:	CIAL:		-					
ENDEREÇO	COMPLETO							
TELEFONE			FAX:					
EMAIL:			.	<u> </u>				
ASSINATU	RA							
OME					 /			
RG N°:	<u>-</u>		CPF					
DECLARO	STAR CIENT	E E DE ACOR	DO COM AS CONDIÇÕES DO EDITA	AL E SEUS ANEXOS.				
O PREENC	HIMENTO DA	PROPOSTA A	LÉM DOS DADOS ACIMA, DEVERÁ	SER OBSERVADO O QUE	DISPÕE O ITEM 3 - DA PRO	OPOSTA DO EDITAL.		
A AQUISIÇ	ÃO DO OBJET	O A SER ADQ	UIRIDO, TERÁ SEU JULGAMENTO	DE ACORDO COM O EDITA	L".			
			,	Validade da Propos	ta: 90 (noventa) dia	as.		
	n Raenar	seával nal	a assinatura do Contra	to ou pelo recebin	nento da Autoriza	ção de Fornecimento	۸-	
)ados d		ısaveı pei	a assinatura uo contra	CF	DE:	çao de i ornecimento	' •	
)ados d	mnleto:		R(=:					



E-mail:	Telefo	ne:
	nado na empresa:	
Para fins de paga	mento:	
Banco:	Número da Conta:	Agência:
		data******de ******** de 2023.
		Nome e Assinatura do representante da empresa

Obs: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



PREGÃO ELETRÔNICO № 152/2023 <u>ANEXO – II</u> MODELO DE TERMO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A empresa sediada na Rua (Av., Al., etc.), cidade, estado, inscrita no sob nº, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Cartei Identidade nº, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº, DECLARA, sob as per lei, que até a presente data inexiste fato impeditivo (ou seja, de que não há declaração de inidoneidade nos to da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual, para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº/ sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Taubaté, comprometendo-se a comunicar a eventual ocor desses fatos durante o processamento deste certame e vigência da avença dele decorrente. Da mesma financia de prefeitura municipal de Taubaté, previstas no item 4.2 do respectivo instruit convocatório	ira de nas da ermos , ora rência forma,
data******de ******** de 2023.	
Nome e Assinatura do representante da empresa	
Obs: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada p seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).	oelo(s)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2023 <u>ANEXO – III</u>

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS

A empresa sediada na Rua (Av., Al., etc.), cidade, estado, inscrita no CNPJ sob nº, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº/, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Taubaté, que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, ou seja, todas as exigências habilitatórias deste instrumento convocatório, exceto no que diz respeito aos requisitos de regularidade fiscal, os quais deverão ser comprovados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período - a critério único dessa Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de eventuais certidões negativas, ou positivas com efeito de negativas
DECLARA também, sob as penas da lei, e em atendimento ao artigo 13, § 2º, do Decreto Federal 8.538/15, alterado pelo Decreto Federal 10.273/20, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, vez que sua receita bruta anual não excedeu no exercício anterior, o limite fixado no art. 3º da Lei 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar, não se enquadrando em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na legislação citada.
DECLARA ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00 – quatro milhões e oitocentos mil reais), em sintonia com o Art. 4º da Lei Federal 14.133/21.
Para que produza os efeitos legais, firmamos a presente declaração.
data******de ******** de 2023.
Nome e Assinatura do representante da empresa
<u>bbs:</u> Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) eu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2023

ANEXO - IV

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À PROPOSTA ECONÔMICA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 63, §
1º DA LEI FEDERAL № 14.133/21.

proposta econômica compreende a integ assegurados na Constituição Federal, nas	inscrito no CNPJ n°, portador(a) da Carteira sposto no Art. 63 § 1º da Lei Federal nº 1 gralidade dos custos para atendimento do leis trabalhistas, nas normas infralegais, na nduta vigentes na data de entrega das propos	s direitos trabalhista: convenção coletiva de
	,de	de 2023.
Nome e Ass	sinatura do representante da empresa	
	chida em papel timbrado da empresa pr /ou procurador(es) devidamente habilitado	



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2023

ANEXO - V

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ref.: (identificação da licitação)	, portador(a) da Car inciso XXXIII do art. 7º da Co	teira de Identidadenºe onstituição Federal, que nã
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos,	na condição de aprendiz ().	
	,de	de 2023.
Nome e Assinatura	do representante da empresa	
Obs: Esta declaração deverá ser preenchida en pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procu		



PREGÃO ELETRÔNICO № 152/2023 <u>ANEXO – VI</u>

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ

Eu (nome	completo),	portador	(a)	da	Carteira	de	Identidade n°	е
do CPF n°	r							
							idos fins que cump	
	erva de cargos para p		ncia e	para	reabilitado	da F	revidência Social e	para
Aprendiz, previstas	em lei e em outras no	rmas especificas.						
					d	_	de 2023.	
					,u	e	ue 2023.	
	Nome	e Assinatura do re	presen	tante	da empre	sa		
			•		•			
				_	_			
	aração deverá ser p presentante(s) legal(inada
pelo(s) seu(s) re	presentante(s) legal(is) erou procurauc	n (es) u	eviua	amente na	Jiiita	uo(s).	



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2023 <u>ANEXO - VII</u>

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPALNO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA

Declaro sob as penas de lei que a empresana qualidade de proponente	do procedime	anto licitatório cun	CNPJ
de Taubaté/SP, não possui em seu quadro societário	o Servidor Públ	ico municipal da a	tiva.
		<u>,</u> de_	de 2023.
Name a Acaimatum		-ut- d	
Nome e Assinatura	a do represent	ante da empresa	
Obs: esta declaração deverá ser preenchida er pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou pro-			



PREGÃO ELETRÔNICO № 152/2023 <u>ANEXO – VIII</u>

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DA ATA / CONTRATO, OU PELO RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Eu (nome completo), cargo portador(a) da Carteira de Identidade C.P.F. n° representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), declaro pa assinarei a ata / contrato, ou o recebimento da autorização de fornecimento.	n° e do ra os devidos fins, que
E-MAIL PESSOAL:	
E-MAIL PROFISSIONAL:	
,de	de 2023.
Nome e Assinatura do representante da empresa	
Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da em assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente	



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2023

ANEXO - IX

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

A empresa , se	ediada na Rua (Av., Al., etc.), cidade, estado, inscrita no CNPJ	
sob n ^o , p	por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de	
Identidade nº	, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº, ASSUME O COMPROMISSO,	
	mento, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico no	
	ado pela Prefeitura Municipal de Taubaté, de que, uma vez sagrando-se adjudicatária	
	nente a referida Prefeitura, e concomitante com a assinatura da avença que decorrerá	
	o de Ciência e Notificação, conforme Instruções 11/2021 do E. Tribunal de Contas do	
Estado de São Paulo, confor		
	legais, firmamos a presente declaração.	
	Local e data	
	Nome e identidade do declarante	
	cultativamente, poderá ser inserido no envelope documentação e na plataforma de pregão eletrônico	
	<u>ccom.br</u>), e estar acompanhado de exemplar devidamente autenticado por Cartório, ou original, de contrato	
	contrato social consolidado atual, tudo devidamente registrado em Cartório ou publicado – conforme o caso; ocumento que comprove ser o subscritor representante legal da empresa, documentos estes que ficarão	
retidos nos autos.	ocumento que comprove ser o subscritor representante legal da empresa, documentos estes que licarao	
	ontrato social - como acima identificado, juntamente o Anexo II - Credenciamento, no início dos trabalhos,	
	esmo documento, ou junto às demais declarações constantes deste certame licitatório.	
CONTRATANTE:		
CONTRATADO:		
PROCESSO N. (DE ORIGEM):OBJETO:		
ADVOGADO (S) / N° OAB/e-mail: (*) Pelo Presente Termo, nós, abaixo identificados.		
	o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pel	lo sistema
eletrônico; b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extr	traindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabe	elecido na
	Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder legislativo, parte do Ti	
Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o d) As informações pessoais dos responsáveis pela contra	o artigo 90 da Lei Complementar nº709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo ratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020,	Civil; conforme
"Declaração(őes) de Atualização Cadastral" anexa (s); e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter s		
Damo-nos por NOTIFICADOS para: O acompanhamento dos atos do processo até seu julga		
	formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.	
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE,		
Nome:		
	E OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	
Nome:		
CPF: Assinatura:		
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE Pelo contratante:		
Nome:Cargo:	-	
CPF:		
Pela contratada: Nome:	-	
Cargo:		
Assinatura: ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:	_	
Nome:Cargo:	-	
CPF: Assinatura:		
GESTOR(ES) DO CONTRATO:	-	
Nome:Cargo:	-	
CPF: Assinatura:	_	
DEMAIS RESPONSÁVEIS (*): Tipo de ato sob sua responsabilidade:		
Nome: Cargo:		
CPF: Assinatura:	_	
(*) O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s	— (s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contrat	
responsáveis por ações de acompanhamento, monitoram	nento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou adminis incia deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de	strativos e
Notificação, será ele objeto de notificação específica.		



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2023 ANEXO - X **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

1. Introdução

O presente Estudo caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a aquisição do equipamento visando a solução atendendo à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. Justificativa

Justificamos a necessidade na aquisição do item, visto que tal equipamento visa garantir mais segurança nos atendimentos dos animais que são submetidos as cirurgias no Centro de Controle de Zoonoses e nos Mutirões de Castração (Castramóvel).

Como é sabido, a Unidade realiza diariamente cirurgias de castração para controle da população animal no Município, sendo que mensalmente são castrados em média 300 animais (entre cães e gatos) e nos mutirões de castração-castramóvel externos nos bairros com maior incidência de animais (Ch. Silvestre, Marlene Miranda, Sta. Tereza, Gurilândia, Três Marias, entre outros) e nos bairros na Zona Rural (Paiol, Sta. Luzia Rural, Registro, Cataguá, entre outros).

Corroboramos que, diversos fatores contribuem para o sucesso de uma cirurgia veterinária, dentre eles à estrutura do centro cirúrgico veterinário.

A estrutura do centro cirúrgico, a normatização é bastante clara. Ela determina as condições mínimas para o funcionamento que realizam cirurgias de cães e gatos.

Em 2019, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) publicou a resolução Nº 1275, que estabeleceu critérios mínimos para o funcionamento de estabelecimentos médico-veterinários de atendimento a animais. A Resolução Nº 1275, menciona que esses estabelecimentos devem possuir, equipamentos básicos dentro do centro cirúrgico veterinário, sendo que o ambiente deve contar com equipamento para luminosidade específica de emergência no local.

3. Previsão de Contratação Anual.

Não se aplica, visto que não há Plano de Contratações Anuais vigente na Prefeitura Municipal de Taubaté.

4. Requisitos da contratação

Solicitamos a apresentação de catálogo em português, dispensa registro em órgãos competentes, garantia conforme o código de defesa do consumidor, dispensa instalação, montagem, treinamento, entre outros.

5. Quantitativo e especificidade

Nº de Ordem	Descritivo	Unidade de Medida	Quantidade
1	Equipamento Veterinário Foco Tipo: cirúrgico auxiliar, portátil, cúpula; 1 cúpula, lâmpada/vida útil: led mín 50.000h, luminosidade cerca de 60.000 Lux, articulação cúpula e braço articuláveis, estrutura 1: haste rígida metálica, c/pintura epóxi, rodízios: base metálica e plástica, c/rodízios.	Peça	01



6. Levantamento de Mercado

Os equipamentos veterinários estão se tornando cada vez mais específicos. E é por essa razão que modernizar a estrutura física do Centro de Controle de Zoonoses, fazse de extrema importância.

Outra razão para investir em um bom equipamento veterinário é proporcionar ainda mais segurança para o animal que está sendo atendido; afinal, com métodos de diagnóstico mais modernos, precisos e não invasivos auxiliarão a salvar mais vidas dos pacientes. Reiterando a importância do equipamento supracitado, além da facilidade, segurança e flexibilidade que esse equipamento trará para os profissionais e pacientes em diversas situações e para que os profissionais continuem desempenhando seu importante papel social, faz-se necessária sua aquisição para o bom funcionamento dos trabalhos desenvolvidos.

Na etapa de planejamento, foi levado em consideração outras formas de equipamento, ora pretendido, e a forma que nossa equipe técnica entendeu como sendo a mais eficiente e adequada para atendimento das necessidades desta Municipalidade, levando em consideração a atual realidade, foi a forma presente neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

Considerando a necessidade de adequação e aprimoramento dos serviços prestados pela Unidade, a aquisição do equipamento irá aprimorar o atendimento, com um diferencial para as cirurgias e atendimentos. O equipamento também se destaca por ser portátil, na prática, inclusive, esta tal portabilidade serve e muito para elevar o poder funcional.

Assim sendo, informamos que o equipamento é utilizado principalmente para garantir luminosidade especifica em determinadas cirurgias e se trata de uma solução mais econômica, além de fácil manuseio e facilidade para assistência técnica. A tecnologia do foco cirúrgico em LED, reduz o número de manutenções preventivas, consome menos energia e diminuí as sombras no campo operatório, sendo que a preocupação será com o animal que está sendo atendido.

Para a aquisição do item foi considerado preços praticados em contratações similares de outros órgãos e os valores foram calculados conforme os preços praticados no painel de preços. A ausência do equipamento veterinário poderá ocasionar prejuízos a curto, médio e longo prazo, haja vista que o equipamento tem como principal função iluminar a área a ser operada de forma efetiva, e que também não prejudique a mobilidade de toda a equipe envolvida na cirurgia.

Corroboramos que foram elencadas para a análise crítica de valores os equipamentos que atendessem as necessidades e que cujo valor praticado é convencionado como menos oneroso e, portanto, economicamente factível pela Administração Pública.

A pesquisa de preços foi realizada considerando os parâmetros dispostos no art. 23, § 1º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021:

Prioritariamente, foi consultado os preços através do sítio "banco de preços", uma ferramenta informatizada, cuja pesquisa baseia-se em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas realizadas pela administração pública o que contempla os parâmetros do inciso I e II (pesquisa de compras públicas do Governo Federal - painel de preços e pesquisa em contratações públicas similares).

Ocasião em que foi encontrada as pesquisas de preço, com o item que atende as necessidades do setor.

A estimativa de valor da aquisição será de R\$ 7.900,00 baseado na Média das cotações, segundo Ordem interna 23/2023 Circular 090/2023. Assim buscou-se dentro do bem a ser adquirido, estabelecer um preço de referência



condizente com o praticado no mercado, com cotações validas com valores equilibrados.

023 Veterinário					
	CHE I				
	CHIE I			Qtde.: 1	UN
	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
UIPAMENTOS MÉDICOS	03.155.958/0001-40	Sim		7.800,0000	7.800,00
IRE FELIX LTDA.	13.200.879/0001-67	Sim		8.000,0000	8.000,00
	03.541.496/0001-07	Sim		8.895,0000	8.895,00
		Mediana U	nitário /	8.000,0000	R\$8,000.00
		Classificado		Valor Total	al
ENTOS MÉDICOS LTDA.	03.155.958/0001-40	Sim		7.800,00	
	HA COM. DE PROD. A	HA COM. DE PROD. 03.541.496/0001-07	HA COM. DE PROD. 03.541.496/0001-07 Sim Mediana U Classificado	HA COM. DE PROD. 03.541.496/0001-07 Sim Mediana Unitário / Classificado	HA COM. DE PROD. 03.541.496/0001-07 Sim 8.895,0000 Mediana Unitário / 8.000,0000 Classificado Valor Tot

Total para o Menor Preço: 7.800,00 Total para o Maior Preço: 8.895,00 Total para a Mediana 8,000.00

7. Descrição da Solução como um todo

Trata-se de aquisição de equipamento veterinário foco cirúrgico, visando auxiliar com precisão o veterinário no sentido de luminosidade no momento da cirurgia e atender à exigência do CRMV.

A aquisição em tela consiste em uma solução simples e de natureza única, uma vez que somente o fornecimento do equipamento, basta para que o objetivo e as necessidades sejam atendidos. Demais especificações técnicas detalhadas e quantitativo dos itens estão dispostos no Termo de Referência norteador da demanda em tela.

A presente contratação trata-se de estabelecer a aquisição de Equipamento Foco Cirúrgico Veterinário, cujo objetivo é atender a demanda do Centro de Controle de Zoonoses.

Para determinar os preços de referência, foi adotado o critério de compras governamentais e de sítios eletrônicos especializados, sendo encontrado os preços mais próximos da realidade de mercado.

Deverá ser apresentado catálogo do produto contendo a especificação técnica, podendo ser tanto do fabricante do material, caso o licitante seja revendedor, ou da própria licitante, desde que contenha especificações do material, pois faz-se necessário que o setor, possa analisar se o equipamento ofertado atende as necessidades, que estão incluídas nas especificações técnicas deste Estudo Técnico, do Termo de Referência e no Edital.

No ato da entrega, visando garantir a segurança do uso do equipamento pela Unidade, é necessário que o produto a ser entregue esteja em conformidade com as normas estabelecidas. Além disso, faz-se necessário que seja ofertado garantia quanto à defeito de fabricação conforme Código de Defesa do Consumidor a partir da entrega, para assegurar que a municipalidade não sofrerá com prejuízos, caso o uso do equipamento, demonstre que o item possua



defeito de fabricação.

Solicita-se que a garantia seja conforme CDC, visto que, durante esse intervalo, com o uso crescente do equipamento, possíveis falhas de fabricação podem aparecer, assim a municipalidade estará assegurada.

O Prazo para entrega será de 30 dias corridos, após emissão de Autorização de Fornecimento, para que constitua tempo hábil para o vencedor do certame possa entregar item, sem acarretar em prejuízos para municipalidade.

Assim sendo, não é necessário instalação do item, visto que a aquisição em tela consiste em uma solução simples e de natureza única, uma vez que somente o fornecimento do equipamento, basta para que o objetivo e as necessidades seiam atendidos.

O local da entrega será o Almoxarifado Central, situado na Avenida Amador Bueno da Veiga 1211, Jardim Jaraguá, CEP: 12.062-400, Taubaté-SP, telefone: 3621-3359, em dias úteis, no horário de 08h às 16h.

A presente contratação não possui impactos ambientais significativos, visto que o item é de baixa complexidade e não gera subprodutos tóxicos.

8. Justificativa para parcelamento ou não

A entrega será feita de forma única, visto se tratar de equipamento que passará a ser utilizado de forma imediata pelo setor. Haja vista que a aquisição em tela consiste em uma solução simples e de natureza única, uma vez que somente o fornecimento do material, basta para que o objetivo e as necessidades sejam atendidos.

9. Demonstrativo de resultados pretendidos

Com a aquisição de foco cirúrgico Veterinário, a Unidade Requisitante pretende entregar ainda mais qualidade nos serviços que são prestados para a população Taubateana, evitando infortúnios no momento da cirurgia.

Equipamentos veterinários estão se tornando cada vez mais específicos, eles orientam de forma correta na cirurgia, na cura e prevenção de doenças.

E é por essa razão que modernizar a estrutura física do Centro de Controle de Zoonoses e Castramóvel, faz-se de extrema importância. Outra razão para investir em bons equipamentos veterinários é proporcionar segurança para o animal que está sendo atendido; afinal, com métodos mais modernos, precisos e não invasivos auxiliam a salvar mais vidas dos pacientes.

Reiterando a importância do equipamento supracitado, além da facilidade, segurança e flexibilidade que esse equipamento trará para os profissionais e pacientes em diversas situações e para que os profissionais continuem cumprindo seu importante papel nas cirurgias, faz-se necessária a aquisição do equipamento para uso nas cirurgias para maior qualidade no desempenho dos trabalhos realizados.

10. Providências a serem tomadas pela Administração

As ações a serem executadas pela Administração anteriores à celebração de instrumento contratual e aquisição em tela são os trâmites burocráticos necessários para a promoção do certame licitatório e desenvolvimento e conclusão do mesmo.

11. Informar Contratações correlatas

Para a aquisição pretendida não existem contratações correlatas ou interdependentes, posto que o Centro de Controle de Zoonoses, já dispõe de equipe técnica para uso, sendo necessária apenas a aquisição do equipamento.

12. Impactos Ambientais

Informamos que a presente aquisição não se aplica impactos ambientais significativos, visto que, trata-se de item de baixa complexidade.



Contudo, a Unidade solicitante, possui o PGR (Programa de Gerenciamento de Resíduos), visando mitigar os riscos de geração de impactos ambientais. O Programa de Gerenciamento de Resíduos tem o objetivo de propiciar o gerenciamento dos resíduos de forma apropriada e segura, conforme normativas ambientais.

13. Conclusão

Justifica-se a viabilidade da contratação por se tratar de equipamento que irá gerar mais qualidade técnica aos serviços prestados e a atender as condições de exigência do Conselho Regional de Medicina Veterinária, diante de todas as manifestações aqui apresentadas, julgamos viável a promoção do certame.

Sendo assim, declaramos para os devidos fins, que os requisitos do presente Estado Técnico Preliminar foram cumpridos na íntegra.

Taubaté, 05 de maio de 2023.

Valter Messias Rodrigues da Cruz Administrativo Centro de Controle de Zoonoses de Taubaté



PREGÃO ELETRÔNICO № 152/2023 <u>ANEXO – XI</u> MAPA DE RISCOS

MAPA DE RISCOS

Objeto: Aquisição de equipamento médico veterinário, sendo 01 foco cirurgico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

Risco 01 - Demora na Conclusão da Licitação

Pro	obabilidade:	Muito baixa	Baixa	Média	x	Alta	
	Impacto:	Muito baixa	Baixa	Média		Alta	x
ld.		Danos					•
1.	Ficar sem o equipamento						
2.	А	não liberação da Unida	de para realização d	le mutirões externos	, por par	te do CRM-V	
ld.		Ação Preventiva*		Resp	Responsável		
1.	Comu	Comunicação do andamento da licitação com as partes interessadas.		0.000	amento de impras		
2.		Monitorar os prazo	os e andamento do	processo.		Secreta	ria de Saúd
	Realizar os tra	mites pós certame (hon contrato ou A.I	nologação, solicitaç F.) com maior celeri	The state of the s	ssão de	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	amento de impras
ld.		Ação o	le Contingência			Resp	onsável
1.	Verificar na Pr	refeitura se há contrato regist	semelhante aditam tro para filhote.	ento ou utilização de	ata de	Equipe	de Licitação

RISCO 02 - Licitação Deserta ou Fracassada

Pro	obabilidade:	Muito baixa	Baixa	х	Média	Alta		
1	Impacto:	Muito baixa	Baixa		Média	Alta	х	
ld.			C	anos			10.	
1.	Ficar sem o fornecimento do equipamento, acarretando na não liberação dos serviços prestados nos mutirões externos				os mutirões			
2.	Receber sanções por parte do CRM-V							
ld.		Ação	Preventiva*			Res	ponsável	
1.	A	Acompanhamento imediato no momento do certame		Unidade	Requisitant			
2.	Comir	Cominucação do andamento da licitação com as partes interessadas.		Unidade	Requisitante			
3.	Celeridade	na reapresentação do liberação d	processo ou f		o do mesmo com		tamento de ompras	
ld.		Ação o	le Contingênc	a		Res	ponsável	
1.	Verificar na Pr	refeitura se há contrato regist	semelhante adi ro para filhote.	tamento (ou utilização de ata	de Equipe	de Licitação	



RISCO 03 - Atraso na entrega

P	robabilidade:	Muito baixa	Baixa	х	Média		Alta	
	Impacto:	Muito baixa	Baixa		Média	х	Alta	1
ld.		A	C	Danos	1800			***
1.	Interferência na liberação nos atendimentos de castração							
2.		Atraso n	o inicio dos tral	oalhos de	castração exte	rnos		
ld.		Ação Preventiva*		Responsável				
1.	CHOOK IS A MANAGE OF THE PARTY.	torar junto à empresa o andamento da entrega dos itens ou serviço solicitado, assim que ocorrer a assinatura do contrato ou liberação da A.F.				Gestor do	Contrato	
ld.		Ação d	le Contingênc	ia			Respo	nsável
1.	Rea	alizar a notificação dentr	o do prazo e so	olicitar as p	oenalidades		Gestor do	Contrato
2.	Verificar junt	o ao Departamento d	e Compras a p	ossibilida	ade de <mark>conv</mark> o	car o 2°	Secretaria	de Saúc

Taubaté, 25 de Abril de 2023.

Valter Messias Rodrigues da Cruz Centro de Controle de Zoonoses Secretaria de Saúde



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2023 ANEXO - XII TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

Aquisição de equipamento médico veterinário, sendo 01 foco cirúrgico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

2. Fundamentação da Contratação

Justificamos a necessidade na aquisição do equipamento, visto que tal equipamento visa garantir mais segurança nos atendimentos dos animais que são submetidos as cirurgias no Centro de Controle de Zoonoses e no Castramóvel.

Como é sabido, a Unidade realiza diariamente cirurgias de castração para controle da população animal no Município, sendo que mensalmente são castrados em média 300 animais (entre cães e gatos) e nos mutirões de castração-castramóvel externos nos bairros com maior incidência de animais (Ch. Silvestre, Marlene Miranda, Sta. Tereza, Gurilândia, Três Marias, entre outros) e nos bairros na Zona Rural (Paiol, Sta. Luzia Rural, Registro, Cataguá, entre outros).

Corroboramos que, diversos fatores contribuem para o sucesso de uma cirurgia veterinária, dentre eles à estrutura do centro cirúrgico veterinário.

A estrutura do centro cirúrgico, a normatização é bastante clara. Ela determina as condições mínimas para o funcionamento que realizam cirurgias de cães e gatos. Em 2012, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) publicou a resolução 1015, que estabeleceu critérios mínimos para o funcionamento de estabelecimentos médico veterinários de atendimento a animais.

A Resolução 1015 do CFMV também trata dos equipamentos básicos que os estabelecimentos que realizam cirurgias veterinária de cães e gatos, devem possuir, dentre os equipamentos básicos o centro cirúrgico veterinário deve contar com equipamento para luminosidade específica na cirurgia.

3. Descrição da solução

Nº de Ordem	ltem	Especificação Técnica	Quantidade
1	Foco Cirúrgico Veterinário	Equipamento Veterinário Foco Tipo: cirúrgico auxiliar, portátil, cúpula; 1 cúpula, lâmpada/vida útil: led mín 50.000h, luminosidade cerca de 60.000 Lux, articulação cúpula e braço articuláveis, estrutura 1: haste rígida metálica, c/ pintura epóxi, rodízios: base metálica e plástica, c/ rodízios.	01

4. Contratação

Solicitamos a apresentação de catálogo em português, dispensa registro em órgãos competentes, garantia conforme o código de defesa do consumidor, dispensa instalação, montagem, treinamento, entre outros.



5. Modelo de execução do objeto

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor:

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos; verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. Modelo de gestão do contrato

Nos termos da Lei 14.133/21, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade

AVENIDA TIRADENTES,520-CEP 12030-180 - CAIXA POSTAL 320 - TELEFONE-PABX (0XX12) 3625.5000 - FAX (0XX12) 3621.6444



com a Legislação vigente.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. Critério de Medição e Pagamento

De acordo com a Portaria SEAF n.º 42 de 02 de Fevereiro de 2022 – Prefeitura de Taubaté.

Recebimento do 1º ao 10º dia do mês, pagamento dia 20*.

Recebimento do dia 11º ao dia 20º dia do mês, pagamento no dia 10 do mês seguinte*.

Recebimento do 21º ao final de cada mês, pagamento no dia 10 do mês seguinte*.

*Após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração ademais, salientamos que caso uma das datas acima indicadas caia em finais de semana ou feriados em que não haja expediente bancário, ficam os pagamentos adiados para o dia útil seguinte.

8. Forma e Critérios de seleção do fornecedor

O vencedor do certame será designado com base no menor preço apresentado e atendimento às cláusulas de habilitação constantes no Edital, que será formalizado pelo Departamento de Compras.

9. Estimativa do Valor da Cotação

A estimativa do valor dá para aquisição de um item é de R\$ 7.900,00 realizada nos termos do art. 23 § 1º, da Lei 14.133 de 2021, conforme memorial de cálculo apresentado abaixo:

Cotação :	551/2023			Data da Pré Cota	ação:	18/05/202
Solicitação	o de Compra 1068/2023					
Item: 25	178.25 - Foco Cirúrgico Veterinário				Qtd	e.: 1 UN
Seq. Item	Fornecedores	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Tot
1	102380 MEDPEJ - EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.	03.155.958/0001-40	Sim		7.800,00	7.800,00
1	111028 LUANNA FREIRE FELIX LTDA.	13.200.879/0001-67	Sim		8.000,00	8.000,00
1	30261 CESAR ROCHA COM. DE PROD. AGROP. LTDA	03.541.496/0001-07	Sim		8.895,00	8.895,00
			Mediana U	Initário /	8.000,00	00 R\$8,000.0
Dados Ver	cedor		Classificado		Valo	or Total
102380	MEDPEJ - EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.	03.155.958/0001-40	Sim		7.80	00,00
Desclassif	icação		Motivo			
				l para o Menor P	Vocas	7.800,00
				al para o Maior P	reço:	8.895,00
			Total pa	ra a Mediana		8.000,00

10. Recebimento

A entrega deverá ocorrer após o recebimento da Nota de Empenho, ou Assinatura do Contrato ou Autorização de Fornecimento pela Empresa, no prazo máximo de 30 dias.



O item será recebido provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

O item poderá ser rejeitado, no todo, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Após a notificação, a contratada deverá providenciar o recolhimento do material rejeitado, em até 10 (dez) dias, a contar da comunicação.

O item será recebido definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Será de responsabilidade da contratada o transporte vertical e horizontal do objeto até o local indicado pelo responsável do recebimento.

Local da entrega: Divisão de Materiais/Almoxarifado Central, cito Avenida Amador Bueno da Veiga, 1211, CEP-12.062-400.

Eventualmente poderá ser solicitada a entrega diretamente em uma das unidades administrativas da Municipalidade, devido a fatores como: peso, volume, condições ambientais, favorecimento para montagem e etc. Tal ocorrência deverá se dar sem ônus algum para a Municipalidade.

Os materiais deverão ser entregues limpos, secos e livres de corrosão/ferrugem em sua superfície.

A Nota Fiscal apresentada pela empresa no momento da entrega do material deverá mencionar, no campo observações, o número da(s) Nota(s) de empenho referente ao(s) fornecimento(s) executado(s).

11. Adequação orçamentária

Emenda 243.32 - Ficha 2170 - dotação 24.02.1012.2.306.10.304.449052.08.3030000

12. Especificação do produto

Não se aplica, visto que no catálogo eletrônico de padronização (site https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados), consta apenas o item água mineral e o mesmo não faz parte do objeto de compra do presente Termo de Referência.

Declaramos, para os devidos fins, que os requisitos do presente Termo de Referência foram cumpridos na íntegra.

Valter Messias Rodrigues da Cruz Administrativo

Centro de Controle de Zoonoses de Taubaté